



**INSTITUTO
FEDERAL**
Paraíba



T1564022N

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

EDITAL Nº 2/2025 – COMCP/COMISSOES/REITORIA/IFPB

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA

01

Na Folha de Respostas,
no local indicado,
lembre-se de preencher
o Número da Prova!
O não preenchimento
levará à
desclassificação.

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **cinquenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 04 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala depois de transcorridas 02 (duas) horas do início da aplicação da prova, ocasião em que deverá entregar ao fiscal a Folha de Respostas e o Caderno de Questões.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo o Caderno de Questões depois de transcorridas 03h30min (três horas e meia) do início da aplicação das provas.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**, no endereço eletrônico www.institutoaocp.org.br, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



instituto aocp



Língua Portuguesa

Por que o trema foi abolido da língua portuguesa?

Por padronização: o Brasil era o único país lusófono que ainda usava esse sinal, abandonado em Portugal em 1945. Ele era útil, porém. E a saudade permanece.

Bruno Vaiano

Por padronização, de maneira muito resumida. Portugal abandonou esse sinal diacrítico em 1945 e ele não aparecia com frequência nos textos de nenhum país lusófono – com exceção do Brasil, é claro.

Com o acordo ortográfico mais recente, ratificado em 2008, a maioria se impôs e ficamos sem “lingüiça”, “seqüestro” e “cinqüenta”. Era mais fácil nós pararmos de usar o “ü” do que os outros países se acostumarem a usá-lo.

Antes de mais nada, vale explicar o trema para os mais novos, alfabetizados após a abolição do dito-cujo. Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra “u” depois de um “q” ou “g”. Portanto, “agüentar”, “pingüim” e “tranqüilo” carregavam um casal de pontinhos em cima do “u”, mas “queijo”, “caiaque” e “enfoque”, não.

Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar. Por exemplo: o correto é dizer “quinquênio” com as duas letras “u”, algo que todo mundo saberia caso esse palavra exótico ainda fosse escrito “qüinqüênio”, como era regra no Brasil até 2008.

O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).

Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema (e com vários outros aspectos do acordo mais recente), argumentando que os pontinhos eram perfeitamente úteis e que sua ausência dificulta a leitura.

O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema um “absurdo” desde muito antes do acordo entrar em vigor, já que as mudanças já estavam pautadas desde 1990.

Edmilson Monteiro Lopes, da Universidade Federal do Ceará (UFCE), escreveu: “Queiram ou não os mentores da inoportuna reforma, o trema é útil, necessário para a pronúncia e conservação de grande número de palavras. Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”

Para Lúcia Fulgêncio e Mário A. Perini, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “A eliminação do trema representa um afastamento entre a escrita e a fala; não gera dificuldades para a escrita, mas sim para a pronúncia. (...) Temos que concluir que a ortografia de 1971 é superior à de 2009 neste particular”.

Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras. Mas explicam que, “Aqui, o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia, e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida, ou uma daquelas que a gente só conhece pela escrita.”

Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho. Em nome da padronização internacional, o Brasil ficou sem seus pontinhos de estimação.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/historia/por-que-o-trema-foi-abolido-da-lingua-portugue-sa/>. Acesso em: 15 out. 2025.

1

Assinale a alternativa correta a respeito do texto de apoio.

- (A) O autor sugere que o trema deveria permanecer na língua portuguesa, pois os demais países poderiam adaptar-se a ele.
- (B) O fato de utilizar a expressão “dito-cujo”, no terceiro parágrafo, mostra que o autor não é favorável ao uso do trema.
- (C) No texto, afirma-se que a ausência do trema é prejudicial aos estrangeiros e aos falantes de português que desconheçam alguma palavra.
- (D) O trema tornou-se obrigatório em Pindorama, mas foi abolido no Brasil.
- (E) Como o trema era desnecessário para os brasileiros, que já sabiam pronunciar as palavras, ele foi abolido da norma-padrão da língua portuguesa.

2

Assinale a alternativa correta em relação à colocação pronominal no texto.

- (A) No excerto “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o pronome em destaque poderia vir mesoclítico ao verbo “impôs”.
- (B) Em “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”, o pronome não poderia aparecer após o verbo “acostumarem”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão em destaque poderia ser “tornou-se”, sem prejuízo sintático à oração.
- (D) Em “Sem ele, com o tempo, muitas se deformariam.”, a oração destacada também poderia ser grafada como: “muitas deformariam-se”, sem prejuízo sintático.
- (E) No trecho “[...] e os falantes do português apenas quando se trata de uma palavra desconhecida [...]”, o pronome destacado poderia aparecer enclítico ao verbo “trata”.

3

Assinale a alternativa correta a respeito de vocábulos do texto.

- (A) O termo “padronização”, no primeiro parágrafo, pode ser substituído por “sugestão”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (B) Em “Pode parecer uma minúcia, mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o conectivo em destaque tem o mesmo sentido de “contudo”.
- (C) No excerto “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo em destaque é sinônimo de “incentivado”.
- (D) O vocábulo “abolição”, presente no sexto parágrafo do texto, é considerado antônimo de “revogação”.
- (E) No trecho “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a expressão destacada indica consentimento.

4

Assinale a alternativa cuja função do termo destacado é a mesma do vocábulo sublinhado em: “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”.

- (A) “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”.
- (B) “Era mais fácil nós pararmos de usar o ‘ü’ do que os outros países se acostumarem a usá-lo.”
- (C) “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ depois de um ‘q’ ou ‘g’.”
- (D) “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”
- (E) “[...] o correto é dizer ‘quinqüênio’ com as duas letras ‘u’, algo que todo mundo saberia [...]”.

5

A respeito da concordância e da regência verbais e nominais em excertos do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No excerto “Esse sinal avisava que o falante deveria pronunciar a letra ‘u’ [...]”, o verbo em destaque rege preposição “de”, resultando na sentença: “[...] avisava de que [...]”.
- (B) Em “[...] a maioria se impôs e ficamos sem ‘lingüiça’, ‘seqüestro’ e ‘cinquenta’.”, o verbo destacado pode ser substituído por “ficou”, concordando com “a maioria”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- (C) No excerto “[...] mas o trema era útil na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, caso o vocábulo destacado fosse para o plural, o verbo “havia” se tornaria “havam”.
- (D) Em “[...] o inconveniente afeta mais os estrangeiros, que não conhecem a pronúncia [...]”, o verbo destacado poderia ser flexionado para o plural, concordando com “os estrangeiros”.
- (E) No excerto “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo em destaque poderia ser substituído por “De”, sem prejuízo sintático ou semântico ao texto.

6

Assinale a alternativa correta quanto à acentuação e à pontuação em excertos do texto.

- (A) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, a vírgula após a expressão em destaque é obrigatória.
- (B) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, os dois-pontos podem ser substituídos por uma vírgula.
- (C) No excerto “O gramático Gladstone Chaves de Melo, morto em 2001, já considerava a abolição do trema [...]”, os dois termos destacados foram acentuados pela mesma regra gramatical.
- (D) Em “Ou seja: se você sente saudade do trema, você não está sozinho.”, a vírgula empregada após o termo em destaque é facultativa.
- (E) Os vocábulos “lusófono” e “útil”, presentes em diferentes parágrafos do texto, levam acento agudo pela mesma regra de acentuação gramatical.

7

Assinale a alternativa correta a respeito dos processos de formação de palavras dos vocábulos em destaque.

- (A) Em “Por padronização, de maneira muito resumida.”, o termo destacado leva o sufixo “-ção”, o qual formou um substantivo a partir de um verbo.
- (B) No excerto “[...] na hora de ler uma palavra que você nunca havia ouvido ninguém pronunciar.”, o vocábulo em destaque é derivado do substantivo “pronúncia”.
- (C) Em “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, o termo sublinhado é formado por composição por justaposição.
- (D) No trecho “Na época, muitos linguistas brasileiros ficaram insatisfeitos com a abolição do trema [...]”, o vocábulo em destaque leva o prefixo “-línqua”.
- (E) No excerto “Eles admitem que o sinal é desnecessário para quem já sabe pronunciar as palavras.”, o termo destacado é formado por derivação prefixal e sufixal.

8

Considere o seguinte excerto e, a respeito dos termos e das expressões destacados, assinale a alternativa correta.

“O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943. Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre. Faltou comunicação transatlântica (na época, claro, o mundo estava passando pela 2ª Guerra, Brasil e Portugal eram ditaduras e os países africanos lusófonos ainda eram colônias).”.

- (A) Em “Ou seja: nós abraçamos esse sinal diacrítico [...]”, o sujeito em destaque refere-se, semanticamente, a todas as pessoas de países lusófonos.
- (B) No excerto “[...] nós abraçamos esse sinal diacrítico apenas dois anos antes de Portugal abandoná-lo para todo o sempre.”, a partícula destacada faz referência ao Formulário Ortográfico de 1943.
- (C) Em “Faltou comunicação transatlântica [...]”, a expressão destacada funciona como complemento do verbo “faltou”.
- (D) No trecho “O trema se tornou obrigatório aqui em Pindorama no chamado Formulário Ortográfico de 1943.”, a expressão destacada expressa o modo como algo aconteceu.
- (E) No excerto “[...] Brasil e Portugal eram ditaduras [...]”, o termo em destaque funciona como caracterizador do sujeito “Brasil e Portugal”.

9

Assinale a alternativa correta quanto à ortografia e às relações semânticas entre as palavras do texto.

- (A) O termo “exceção”, no primeiro parágrafo, tem dupla grafia e também pode ser escrito como “excessão”.
- (B) O vocábulo “ratificado”, no segundo parágrafo, é sinônimo de “confirmado”.
- (C) O termo “minúcia”, no quarto parágrafo, pode ser substituído, no texto, por “exorbitância”, sem prejuízo de sentido.
- (D) O vocábulo “saudade”, no último parágrafo, deveria estar grafado no plural, de acordo com a norma-padrão: “saudades”.
- (E) “Portugal”, termo presente no quinto parágrafo, é considerado um hiperônimo de “país”.

10

Assinale a alternativa correta sobre a estrutura do texto de apoio.

- (A) Por se tratar de um texto narrativo, nota-se a presença de muitas expressões de tempo e de lugar ao longo do texto.
- (B) O texto é predominantemente argumentativo, pois expõe os fatos com imparcialidade, informa fatos reais e sua linguagem é objetiva e direta.
- (C) Trata-se de uma sequência explicativa, com algumas marcas opinativas, na qual há explicações sobre a abolição do trema, bem como informações sobre o assunto e o contexto histórico.
- (D) O texto em questão pertence à sequência descritiva, uma vez que há descrição de fatos e situações que envolvem o uso do trema.
- (E) A sequência injuntiva é predominante no texto, visto que há interações e diálogos com o leitor.

Informática

11

Em uma sala de aula, um técnico administrativo precisa projetar a tela do computador em um telão para que todos os participantes possam visualizar o conteúdo. O dispositivo escolhido para receber o sinal de vídeo do computador e apresentar o resultado em uma superfície maior foi o projetor. O projetor é corretamente classificado como um periférico de

- (A) entrada, pois o projetor recebe a informação do computador.
- (B) processamento, pois o projetor processa o sinal de vídeo para exibi-lo.
- (C) entrada e saída (misto), devido à sua capacidade de receber e projetar dados.
- (D) saída, pois sua função é exibir os dados já processados pelo sistema para o usuário.
- (E) comunicação, pois estabelece uma conexão entre o computador e o telão.

12

Os softwares utilitários são programas que auxiliam o usuário na manutenção, segurança, otimização e gerenciamento de recursos do computador. Assinale a alternativa que NÃO apresente a um software utilitário.

- (A) CCleaner.
- (B) WinRAR.
- (C) Windows Defender.
- (D) WinZip.
- (E) Microsoft Word.

13

Com base na utilização dos atalhos de teclado do Windows 11, relacione as colunas e assinale a alternativa com a sequência correta.

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

1. Windows + Tab
2. Windows + A
3. Windows + D
4. Windows + Shift + S

- () Inicia a ferramenta de Captura de Tela (Snipping Tool) para capturar parte da tela.
- () Alterna entre o estado anterior e a exibição da Área de Trabalho.
- () Abre o painel de Configurações Rápidas (Quick Settings) para acesso a Wi-Fi, volume e brilho.
- () Abre a Visão de Tarefas (Task View) para gerenciar Áreas de Trabalho Virtuais e janelas abertas.

- (A) 4 – 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 4 – 2 – 1.
- (C) 4 – 3 – 2 – 1.
- (D) 2 – 1 – 3 – 4.
- (E) 1 – 4 – 3 – 2.

14

Hipoteticamente, com a chegada de novos servidores ao IFPB, a Diretoria-Geral (DG) solicitou ao setor de pessoal que verificasse quantos servidores de Nível C ainda estão ativos no quadro da instituição. A planilha do Excel 365 (em português) com os servidores ativos da instituição contém as colunas: Servidor, Nível de Classificação e Vencimento Básico, conforme o seguinte exemplo:

	A	B	C
1	Servidor	Nível de Classificação	Vencimento Básico
2	Mario	Nível C	R\$ 2.483,52
3	Eduardo	Nível D	R\$ 3.029,90
4	Vanessa	Nível E	R\$ 4.967,04
5	Felipe	Nível C	R\$ 2.483,52
6	Gerson	Nível E	R\$ 4.967,04
7	Renato	Nível E	R\$ 4.967,04
8	Thiago	Nível D	R\$ 3.029,90

Considerando essa planilha, qual fórmula deve ser utilizada para calcular automaticamente o número de servidores que estão no Nível C, sem filtrar manualmente as informações?

- (A) =CONT.SE(B2:B8;"Nível C")
- (B) =SOMASE(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (C) =CONT.NÚM(B2:B8;"Nível C";C2:C8)
- (D) =CONCATENAR(B2:B8;"Nível C")
- (E) =PROCV("Nível C";B2:D8;3;FALSO)

15

Em casos de detecção de malwares complexos como os Rootkits, o software antivírus, após a identificação, geralmente move o arquivo infectado para uma área isolada. Qual é o nome dessa área e qual é o seu propósito?

- (A) Sandbox, cuja finalidade é permitir que o malware se propague em um ambiente de teste controlado.
- (B) Cache, cuja finalidade é otimizar o acesso à base de dados de assinaturas.
- (C) Quarentena, cuja finalidade é isolar os arquivos infectados em um local seguro onde eles não podem ser executados, acessados ou causar danos ao sistema.
- (D) Kernel, cuja finalidade é garantir que a remoção do malware ocorra com privilégios de administrador.
- (E) Vault, cuja finalidade é armazenar as senhas e informações de login furtadas pelo Rootkit.

16

Para que um navegador consiga localizar e exibir o conteúdo de um servidor web, ele utiliza um endereço padronizado que identifica unicamente o recurso na internet. Esse endereço não apenas indica o domínio, mas também o protocolo a ser usado e o caminho específico do recurso.

A representação textual completa de um endereço de recurso na Web, como <https://www.exemplo.ifpb.edu.br/pre/processos-seletivos-1>, que define o protocolo, o domínio e o caminho do recurso, é corretamente denominada

- (A) URL (Uniform Resource Locator).
- (B) IP (Internet Protocol).
- (C) DNS (Domain Name System).
- (D) HTML (HyperText Markup Language).
- (E) LAN (Local Area Network).

17

Um técnico administrativo em educação está trabalhando com múltiplas guias abertas no navegador Google Chrome. Ele precisa acessar rapidamente uma guia específica que foi fechada por engano há poucos minutos, contendo informações cruciais para a sua tarefa atual. Para recuperar a última guia fechada de forma eficiente e sem a necessidade de navegar pelo histórico completo, qual é o atalho de teclado que o técnico deve utilizar?

(Obs.: o caractere "+" foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + Shift + F
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Alt + Del
- (E) Ctrl + N

18

O malware conhecido como Cavalo de Troia (Trojan) é amplamente utilizado por atacantes. Sua característica definidora não é o método de replicação, mas sim a sua forma de distribuição e execução inicial. O Cavalo de Troia se distingue dos Vírus e Worms

- (A) pela sua capacidade de se replicar automaticamente pela rede, explorando vulnerabilidades sem a interação do usuário.
- (B) porque sua principal ação é criptografar arquivos do sistema operacional para exigir um pagamento de resgate.
- (C) porque, no Trojan, o código malicioso se anexa a arquivos executáveis legítimos e se espalha junto com eles.
- (D) porque ele se disfarça de programa legítimo e, dessa forma, é útil para enganar o usuário a instalá-lo voluntariamente, criando uma porta de acesso.
- (E) porque ele opera no nível de kernel do sistema operacional para ocultar a presença de outros softwares maliciosos.

19

Com a convocação dos novos técnicos administrativos em educação, o setor de Recursos Humanos do IFPB solicitou o preenchimento de formulário de atualização cadastral. No documento, os servidores informaram nome completo, CPF, endereço, e-mail e número da conta bancária.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações fornecidas nesse formulário são classificadas como

- (A) dados pessoais.
- (B) dados anonimizados.
- (C) dados pessoais sensíveis.
- (D) dados pseudonimizados.
- (E) dados privados.

20

No Excel 365 (em português), uma das funções mais utilizadas é a função DATA(), usada para construir uma data válida. Essa função é amplamente empregada em planilhas que lidam com cálculos de datas, prazos e registros temporais. Com base no funcionamento dessa função, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () No Excel, as datas são armazenadas internamente como números de série.
 - () O número de série 1 corresponde a 01/01/1900.
 - () A função aceita meses fora do intervalo 1–12, ajustando os meses excedentes para o ano seguinte.
 - () A estrutura correta da função é =DATA(ano; mês; dia).
- (A) V – F – V – V.
 - (B) F – F – V – V.
 - (C) V – V – F – V.
 - (D) V – V – V – V.
 - (E) F – F – V – F.

Legislação

21

A Educação é essencial para a transmissão de conteúdos e o desenvolvimento do pensamento crítico, sendo essencial para a evolução social. Diante da importância da educação e sobre o sistema de ensino brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito constitui interesse público geral, cabendo ao Estado promovê-lo conforme disponibilidade orçamentária, sem que disso decorra direito subjetivo.
- (B) O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Estado, ainda que por motivos de limitação financeira, não gera responsabilização pessoal da autoridade competente, uma vez que o ensino é dever coletivo da sociedade.
- (C) A Constituição assegura o acesso ao ensino obrigatório e gratuito apenas às crianças em idade escolar regular, não se estendendo o direito a jovens e adultos que não o concluíram na idade própria.
- (D) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, sendo que o indivíduo pode exigir judicialmente sua efetivação, pois a omissão ou a oferta irregular causa a responsabilização da autoridade pública.
- (E) A responsabilidade da autoridade competente pelo não oferecimento do ensino obrigatório limita-se à esfera administrativa, não podendo gerar consequências de natureza civil ou penal.

22

A Constituição Federal de 1988, ao tratar da autonomia universitária, estabelece fundamentos que asseguram às universidades um papel essencial no desenvolvimento científico e social do país. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) A autonomia universitária abrange dimensões didático-científica, administrativa e pedagógica, permitindo às universidades a edição de normas próprias com força de lei, inclusive em matéria orçamentária.
- (B) A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é princípio que se aplica apenas às universidades públicas, em razão de seu financiamento majoritário pelo poder público.
- (C) As universidades possuem autonomia para organizar seus cursos, currículos e métodos de ensino, mas estão sujeitas à supervisão e regulação do Poder Executivo Federal no que tange à gestão financeira e patrimonial.
- (D) A autonomia universitária compreende as dimensões didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sendo aplicado o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- (E) O disposto da Constituição Federal aplica-se especificamente às universidades públicas, não alcançando as instituições privadas nem as entidades de pesquisa científica e tecnológica.

23

Após ser aprovada em concurso público para o cargo de professora do magistério federal, Maria foi nomeada e tomou posse em 27 de outubro de 2023, iniciando oficialmente sua trajetória na rede pública de ensino superior. Desde então, passou a exercer atividades docentes e pedagógicas vinculadas à sua função, sob o regime jurídico dos servidores públicos federais. Nesse início de carreira, ainda não possuía estabilidade funcional, uma vez que essa garantia constitucional somente é adquirida após o cumprimento e a aprovação no estágio probatório, período destinado à avaliação de sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo.

Com base na Lei Federal nº 8.112/1990, acerca do estágio probatório dos servidores públicos da área da educação, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Maria, durante o estágio probatório, poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- II. Quatro meses antes do término do estágio probatório, o desempenho funcional de Maria deverá ser submetido à avaliação, cuja homologação caberá à autoridade competente.
- III. Durante o estágio probatório, será avaliado se Maria tem aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade, responsabilidade.
- IV. O estágio probatório de Maria não ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas II, III e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

24

Renato, servidor público do IFPB, decidiu realizar uma pesquisa acerca do tempo de serviço prestado à Administração Pública e dos direitos estatutários. Após criteriosa avaliação da Lei nº 8112/1990, referente à aposentadoria por tempo de serviço, ele descobriu corretamente que

- (A) não serão considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude do exercício de cargo ou função de governo ou administração.
- (B) serão computados o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas em tempo de guerra.
- (C) a apuração do tempo de serviço será feita em meses, que serão convertidos em anos, evitando prejuízos ao servidor.
- (D) será computado, apenas para efeito de promoção, aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.
- (E) será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

25

Um servidor público, em exercício no IFPB, desempenha suas funções educacionais com o compromisso de promover a formação cidadã e técnica dos estudantes, integrando ensino, pesquisa e extensão. No exercício de suas atribuições, deve pautar sua conduta pelos princípios éticos e legais que regem a Administração Pública, observando, em especial, as disposições do Decreto Federal nº 1.171/1994, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Com fundamento nesse diploma normativo e considerando a relevância da ética na atuação dos profissionais da educação pública federal, assinale a alternativa correta acerca dos deveres funcionais desse servidor do magistério federal.

- (A) Eximir-se de prestar contas de suas atividades funcionais, quando solicitado, para resguardar a autonomia de suas decisões e a confidencialidade do serviço público.
- (B) Tratar os usuários do serviço público de forma impessoal e distante, evitando demonstrações de cortesia que possam comprometer a neutralidade do atendimento.
- (C) Buscar, sempre que possível, satisfazer interesses particulares desde que não haja prejuízo imediato ao erário.
- (D) Negar-se a receber ordens superiores que contrariem seus interesses pessoais, ainda que compatíveis com o interesse público.
- (E) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum.

26

De acordo com a Lei nº 9.394/1996, os docentes possuem atribuições específicas relacionadas à dimensão pedagógica, avaliativa e social do processo educativo. Considerando as disposições legais, assinale a alternativa correta quanto às incumbências atribuídas aos docentes na educação básica.

- (A) Compete aos docentes especificadamente a ministração dos conteúdos programáticos e a elaboração de instrumentos avaliativos, não sendo de sua responsabilidade o planejamento pedagógico ou a articulação com a comunidade escolar.
- (B) Os docentes são responsáveis por elaborar e cumprir o plano de trabalho de forma autônoma, podendo divergir da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, desde que garantam a aprendizagem dos alunos.
- (C) Cabe aos docentes zelar pelo ensino, participar da elaboração da proposta pedagógica, estabelecer estratégias de recuperação para os discentes com menor rendimento, ministrar os dias letivos e as horas-aula previstos.
- (D) As funções docentes restringem-se à execução de tarefas de ensino em sala de aula, não abrangendo a participação em atividades de planejamento, formação continuada ou articulação institucional.
- (E) Aos docentes incumbe, pormenorizadamente, acompanhar o desempenho dos estudantes, sendo facultativa a participação em atividades de planejamento e avaliação institucional.

27

A Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), estabelece normas para o tratamento de dados pessoais, inclusive nos órgãos e instituições de ensino públicos e privados, garantindo aos titulares o direito à privacidade e ao controle sobre suas informações. Na área da educação, a observância da LGPD é fundamental para assegurar o uso ético e seguro dos dados de estudantes, professores e servidores, abrangendo desde matrículas e registros acadêmicos até plataformas virtuais de aprendizagem. Com base na referida lei e considerando sua aplicação no âmbito educacional, assinale a alternativa correta acerca dos direitos do titular de dados pessoais.

- (A) O titular dos dados pessoais poderá solicitar a eliminação de suas informações, sendo vedado o acesso direto aos dados tratados pelo controlador, a fim de resguardar o sigilo das operações internas.
- (B) O controlador está dispensado de fornecer informações sobre o tratamento de dados pessoais, exceto quando houver determinação judicial expressa para tanto.
- (C) O titular dos dados pessoais tem o direito exclusivo de revogar o consentimento concedido, não sendo possível exercer outras faculdades, como portabilidade ou bloqueio de dados.
- (D) É direito do titular requerer ao controlador, a qualquer momento, a confirmação da existência de tratamento, o acesso aos dados, e a correção de informações incompletas, inexatas ou desatualizadas.
- (E) Após decisão da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) é que o titular poderá obter do controlador qualquer informação relativa ao tratamento de seus dados pessoais.

28

No âmbito das instituições públicas de ensino, como os Institutos Federais e as universidades federais, a correta aplicação da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), e de seu regulamento, o Decreto nº 7.724/2012, que estabelecem normas e princípios voltados à gestão da informação pública, é essencial para garantir a transparência administrativa, o controle social e o fortalecimento da gestão democrática da educação, especialmente na divulgação de dados sobre orçamento, contratos, projetos pedagógicos e resultados institucionais. Com base nessas definições legais e considerando sua importância para a gestão da informação educacional e a transparência pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Informação sigilosa é aquela de interesse público geral, disponível a qualquer cidadão mediante simples requerimento, independentemente de restrições legais.
- (B) Dados processados correspondem a informações mantidas em formato físico, ainda não submetidas a tratamento eletrônico ou automatizado.
- (C) Informação pessoal refere-se a dados de interesse coletivo, vinculados à atuação institucional dos órgãos públicos, sem relação direta com a pessoa natural identificada.
- (D) Autenticidade da informação consiste na qualidade que garante seu acesso irrestrito por qualquer indivíduo, independentemente de autorização.
- (E) Documento é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, sendo elemento essencial da gestão da informação pública.

29

No âmbito das instituições públicas de ensino, como universidades e Institutos Federais, a aplicação da Lei nº 14.133/2021, que institui a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, pode contribuir para o fomento à economia local, o estímulo à inovação tecnológica e a sustentabilidade nas compras públicas, fortalecendo o compromisso da Administração com os princípios constitucionais da eficiência e da promoção do interesse público. Com base no disposto na referida lei e considerando a sua relevância para as contratações públicas na área educacional, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Executivo federal poderá, mediante decisão fundamentada, estabelecer margem de preferência de até 10% para bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
- (B) A margem de preferência poderá ser aplicada especificamente a bens importados, desde que haja previsão específica no edital e comprovação de qualidade superior em relação aos produtos nacionais.
- (C) A margem de preferência é obrigatória para todos os processos licitatórios e deve ser aplicada indistintamente a produtos recicláveis, nacionais e importados.
- (D) A lei veda a extensão da margem de preferência a bens e serviços originários de Estados Partes do Mercosul, mesmo em situações de reciprocidade prevista em acordos internacionais.
- (E) A margem de preferência poderá ser concedida especificadamente a bens manufaturados produzidos no território nacional, não se aplicando a serviços nem a critérios de sustentabilidade ambiental.

30

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), assegura a todos os cidadãos o direito de receber informações públicas de interesse coletivo ou geral, promovendo a transparência administrativa e o controle social sobre as ações do Estado e também prevê limites à restrição de acesso a informações, especialmente quando relacionadas à defesa de direitos fundamentais ou à investigação de violações de direitos humanos. Com base nas disposições da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
- (B) A Lei de Acesso à Informação permite restringir o acesso a informações sobre direitos fundamentais se o órgão entender que o sigilo é conveniente para proteção administrativa.
- (C) Informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação de direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ter seu acesso restringido.
- (D) O disposto na Lei não exclui outras hipóteses legais de sigilo, incluindo segredo de justiça ou segredo industrial relacionado a atividades econômicas do Estado ou de entidades privadas vinculadas ao poder público.
- (E) As informações podem ser acessadas sem restrição quando não houver previsão legal de sigilo ou segredo específico, respeitando os limites da lei.

Conhecimentos Específicos

31

Ao longo da história da educação brasileira, a Educação Profissional e Tecnológica passou por distintas concepções e finalidades, refletindo os contextos econômicos, políticos e sociais de cada época. Desde as antigas escolas de ofício até as atuais políticas de integração entre ensino médio e formação técnica, o debate sobre o papel da Educação Profissional e Tecnológica na formação humana permanece atual. Nesse sentido, considerado os fundamentos teóricos, históricos, contemporâneos e legais que estruturam a Educação Profissional no Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) A Educação Profissional deve se restringir à preparação rápida para que os alunos consigam um emprego, assegurando a rápida inserção do trabalhador no setor produtivo e técnico.
- (B) A Educação Profissional é uma modalidade destinada à formação técnica de nível médio, não se vincula legalmente à educação básica e às políticas de educação superior.
- (C) A Educação Profissional deve se articular com o trabalho, a ciência e a tecnologia, integrando formação geral e específica, em uma perspectiva de desenvolvimento integral do sujeito.
- (D) A Educação Profissional tem como principal objetivo a capacitação técnica de mão de obra, devendo ser estruturada segundo os critérios definidos pelas empresas e pelo setor produtivo.
- (E) A Educação Profissional configura-se como um sistema independente da educação nacional, voltado para o atendimento das demandas regionais de empregabilidade e certificação profissional.

32

Em uma instituição federal de ensino, a equipe pedagógica busca aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem a partir da análise dos resultados de avaliações internas e externas. Nesse processo de reorganização da Organização do Trabalho Pedagógico (OTP), o técnico em assuntos educacionais é chamado para atuar em parceria com a coordenação pedagógica, contribuindo para o planejamento, o acompanhamento e a reformulação das práticas docentes. Considerando as atribuições desse profissional e os princípios da gestão pedagógica democrática e participativa, assinale a alternativa que apresenta a atuação adequada do técnico em assuntos educacionais na OTP, ao assessorar a coordenação no planejamento, na supervisão e na avaliação do processo educativo.

- (A) Promover a articulação entre professores, coordenação e comunidade escolar, contribuindo para o planejamento coletivo e a melhoria das práticas pedagógicas a partir da análise reflexiva dos processos de ensino e aprendizagem.
- (B) Priorizar o acompanhamento técnico-burocrático do trabalho escolar, garantindo que os registros pedagógicos estejam em conformidade com as normas institucionais, considerando que esse é o princípio do trabalho educativo.
- (C) Concentrar o trabalho na observação e na sondagem das práticas docentes, o que contribui diretamente na fiscalização do cumprimento dos planos de ensino, assegurando a padronização metodológica entre as turmas.
- (D) Atuar de forma autônoma na proposição de metodologias inovadoras, repassando aos professores e os orientando quanto à aplicação obrigatória das estratégias que foram anteriormente definidas pela equipe gestora.
- (E) Limitar sua intervenção à análise de resultados quantitativos das avaliações, considerando que a sua atuação é voltada à questão técnica, apresentando relatórios de desempenho à coordenação para fins administrativos.

33

Em um Instituto Federal, durante a reformulação do Plano de Curso Técnico Integrado, a equipe pedagógica discute a importância de integrar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) de forma crítica e criativa ao currículo, de modo que contribuam para a formação humana e profissional dos estudantes. Considerando os pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a relação entre trabalho, educação e tecnologia, assinale a alternativa que apresenta corretamente o papel pedagógico das TICs nesse contexto.

- (A) As TICs devem ser utilizadas como ferramentas exclusivas à execução das atividades técnicas, priorizando a produtividade e descartando a necessidade de outros materiais, como os impressos.
- (B) O uso das TICs deve se restringir aos componentes curriculares de natureza tecnológica, uma vez que sua aplicação nas áreas humanas tende a desviar o foco da formação profissional.
- (C) As TICs, quando integradas, favorecem a articulação entre teoria e prática, ampliando a compreensão dos processos produtivos e formativos na perspectiva do trabalho como princípio educativo.
- (D) As TICs são recursos complementares e não obrigatórios, cuja adoção depende da autonomia individual de cada docente, não devendo interferir no projeto político-pedagógico da instituição.
- (E) A introdução das TICs deve priorizar a substituição de métodos tradicionais de ensino por plataformas digitais, como forma de modernizar o processo educativo e acelerar o aprendizado técnico.

34

Desde o período colonial até as políticas contemporâneas, a história da educação brasileira revela diferentes concepções filosóficas e políticas que influenciaram sua organização e suas práticas pedagógicas. Considerando os fundamentos histórico-filosóficos da educação brasileira, assinale a alternativa que apresenta de forma coerente a concepção de educação contemporânea.

- (A) A educação na contemporaneidade é compreendida como instrumento mercadológico e técnico, devendo priorizar a formação de competências produtivas e a manutenção da ordem social vigente.
- (B) A educação é concebida como um direito social, orientada por princípios de liberdade, igualdade e diversidade, tendo por finalidade o desenvolvimento pleno da pessoa e o exercício da cidadania.
- (C) A educação é entendida como um processo técnico e contemporâneo, desvinculado de valores éticos, políticos e culturais, cujo foco é o domínio de conteúdos científicos universais.
- (D) A educação na contemporaneidade precisa concentrar-se na formação moral e cívica dos cidadãos, resgatando os valores tradicionais e garantindo a coesão cultural da nação, além da boa convivência social.
- (E) A educação na atualidade é concebida como um mecanismo de mobilidade individual, cabendo à família a responsabilidade de escolher o tipo de instrução a ser ofertado ao aluno.

35

Durante uma reunião em um Instituto Federal, a coordenação pedagógica identifica dificuldades de comunicação e de integração entre o setor administrativo e o de docentes, o que tem impactado o andamento de projetos institucionais. O técnico em assuntos educacionais é convidado a contribuir com ações que favoreçam a articulação pedagógica e o fortalecimento das relações institucionais. Considerando os conceitos de cultura organizacional e liderança e o papel do técnico em assuntos educacionais como articulador de processos pedagógicos e humanos, assinale a alternativa que apresenta uma ação adequada e coerente com as atribuições desse profissional.

- (A) Adotar uma postura apenas técnica, registrando formalmente os conflitos e repassando as informações à gestão superior, de modo a não se envolver em questões relacionais.
- (B) Reunir-se individualmente com os servidores envolvidos para identificar os responsáveis pelo conflito e propor medidas que restabeleçam a ordem e a harmonia institucional.
- (C) Elaborar um relatório técnico destacando as falhas de comunicação e nas relações e, a partir disso, sugerir que a gestão substitua os líderes dos setores que apresentaram maiores índices de conflito.
- (D) Promover momentos de diálogo coletivo entre os setores, estimulando a escuta ativa, o respeito às diferenças e o trabalho colaborativo, contribuindo para uma liderança compartilhada.
- (E) Propor treinamentos padronizados de conduta e comunicação, aplicados obrigatória e igualmente a todos servidores, a fim de reduzir divergências e aumentar a produtividade.

36

Em um campus de um Instituto Federal, um estudante com deficiência visual ingressou no curso técnico integrado. Nas primeiras semanas, relatou dificuldades para acompanhar as aulas e acessar materiais didáticos digitais. Diante dessa situação, assinale a alternativa que apresenta a ação mais adequada do técnico em assuntos educacionais, com o objetivo de garantir o pleno acesso às atividades e o cumprimento da Política de Inclusão e Acessibilidade da instituição, em conformidade com os princípios da educação inclusiva e da legislação vigente.

- (A) Orientar o estudante a buscar apoio externo especializado, uma vez que as instituições de ensino não têm obrigação de adaptar materiais ou metodologias às necessidades individuais.
- (B) Encaminhar o caso ao núcleo de acessibilidade externo, sem interferir no processo pedagógico, pois a adaptação curricular é responsabilidade da secretaria de educação e não do corpo docente.
- (C) Articular com docentes, equipe multiprofissional e núcleo de acessibilidade a promoção de ajustes pedagógicos e tecnológicos, garantindo acessibilidade comunicacional e curricular.
- (D) Recomendar que o estudante se adapte gradualmente à rotina escolar, evitando mudanças significativas na prática pedagógica para não comprometer a sua aprendizagem.
- (E) Elaborar um relatório técnico sobre a situação específica do aluno e aguardar orientações da gestão superior e da equipe pedagógica antes de propor qualquer ação ou adaptação.

37

Durante uma reunião de planejamento em uma instituição educacional, o técnico em assuntos educacionais foi convidado a colaborar com a equipe pedagógica na elaboração de um projeto institucional que pretende fortalecer a integração entre diferentes níveis e modalidades de ensino. Considerando esse contexto, assinale a alternativa que apresenta corretamente ações propostas pelo técnico que são coerentes com os princípios legais e pedagógicos que regem os níveis e as modalidades da Educação Nacional.

- (A) Propor a padronização curricular entre todos os cursos e níveis de ensino, de modo a garantir que todos recebam o conteúdo da mesma forma.
- (B) Sugerir que cada modalidade funcione de forma independente, sem articulação entre si, uma vez que possuem finalidades e clientela distintas.
- (C) Recomendar que as modalidades de ensino sejam priorizadas segundo a demanda regional do mercado de trabalho, ajustando seus currículos.
- (D) Focar a educação profissional, considerando que as demais modalidades não fazem parte da estrutura curricular das instituições federais de ensino.
- (E) Incentivar a articulação entre os níveis e as modalidades, respeitando suas especificidades, mas promovendo a continuidade formativa entre eles.

38

O Decreto nº 12.603/2025 institui a PNEPT e o SINAEP, regulamentando o art. 4º da Lei nº 14.645/2023. Considerando os conteúdos desse decreto, assinale a alternativa que apresenta corretamente um elemento legal e estrutural introduzido por ele.

- (A) O decreto estabelece que a PNEPT tem como base os princípios mercadológicos da sociedade. Dessa forma, tem como objetivo a eficiência da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, sem referência à pesquisa ou à extensão.
- (B) O decreto define que o SINAEP será implementado de forma autônoma pelas instituições de ensino voltadas à educação técnica e profissional, sem regime de colaboração com os demais sistemas de ensino do país.
- (C) O decreto determina que a PNEPT será articulada com o Plano Nacional de Educação e inclui como objetivos a promoção da equidade no acesso à educação profissional, bem como da inserção no mercado de trabalho.
- (D) O decreto estabelece que a oferta de educação profissional e tecnológica fica restrita à formação técnica de nível médio, sem a inserção da graduação e da pós-graduação profissional como modalidades da Educação profissional e técnica.
- (E) O decreto revoga expressamente todas as legislações anteriores relativas à educação profissional e tecnológica, apresentando um novo modelo que trata especificamente dessa formação voltada aos novos profissionais.

39

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o principal instrumento de planejamento e gestão da escola, orientado com base nos princípios da gestão democrática e da qualidade social da educação. No que se refere à elaboração, à implementação, ao acompanhamento e à avaliação do PPP, assinale a alternativa correta.

- (A) O PPP é um documento meramente burocrático, elaborado pela direção da instituição, sem necessidade de participação da comunidade escolar. Cabe ao técnico em assuntos educacionais apenas arquivá-lo após sua aprovação.
- (B) A elaboração do PPP deve ser contínua, participativa e reflexiva, envolvendo toda a comunidade escolar. Cabe ao técnico em assuntos educacionais assessorar na integração entre os aspectos pedagógicos, administrativos e sociais.
- (C) O papel do técnico em assuntos educacionais no PPP consiste na sua avaliação, no final do ano letivo, como um importante instrumento administrativo e de prestação de contas à comunidade escolar e não escolar.
- (D) O trabalho do técnico em assuntos educacionais está na implementação do PPP, fiscalizando a execução literal das ações previstas, que devem ser seguidas rigorosamente para garantir fidelidade ao plano aprovado.
- (E) A função do técnico em assuntos educacionais limita-se à análise documental e ao arquivamento do PPP, visto que a construção e a revisão desse documento são atribuições exclusivas do corpo docente e da equipe gestora.

40

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto Federal nº 5.840/2006, representa uma política pública voltada à ampliação do acesso à formação integral de trabalhadores excluídos da escola. Considerando os fundamentos, os objetivos e os princípios do PROEJA, assinale a alternativa correta.

- (A) O PROEJA tem como objetivo principal oferecer cursos de aprimoramento em matemática e língua portuguesa para os alunos que terminaram a formação básica, priorizando ampliar a qualidade de escolarização de jovens e adultos.
- (B) O PROEJA propõe a integração entre formação básica e formação profissional, reconhecendo o trabalho como princípio educativo e buscando a elevação da escolaridade com qualificação social e profissional dos sujeitos.
- (C) No PROEJA, a organização metodológica e curricular deve prever a separação entre os componentes da Educação Básica e da Educação Profissional, de modo a preservar as especificidades de cada uma das áreas de formação.
- (D) O PROEJA se destina prioritariamente aos estudantes trabalhadores que já concluíram o ensino médio e o superior, mas buscam uma segunda habilitação profissional técnica, principalmente quando buscam uma especialização na mesma área que atuam.
- (E) A concepção pedagógica do PROEJA orienta-se por uma perspectiva tecnicista, centrada na capacitação instrumental do estudante. Dessa forma, tem como base a formação profissional e técnica dos educandos.

41

O trabalho do técnico em assuntos educacionais exige domínio e conhecimento das políticas educacionais e das competências que favoreçam o trabalho coletivo, a mediação de conflitos e a implementação de metas institucionais. Considerando a importância da inteligência emocional, assinale a alternativa correta.

- (A) A inteligência emocional no trabalho do técnico em assuntos educacionais implica reconhecer e gerenciar as próprias emoções e as dos outros, favorecendo relações interpessoais equilibradas, em um ambiente harmonioso.
- (B) Em relação à inteligência emocional no contexto educacional, cabe ao técnico em assuntos educacionais controlar e mediar as emoções dos demais membros da equipe, assegurando o cumprimento das normas e a execução das tarefas.
- (C) O técnico em assuntos educacionais que atua diretamente na inteligência emocional deve adotar, em sua equipe, uma postura neutra diante de conflitos interpessoais, evitando envolvimento afetivo e mantendo o foco nas normas e nas metas institucionais.
- (D) A ênfase do técnico em assuntos educacionais no trabalho com a inteligência emocional reduz a necessidade do acompanhamento pedagógico, uma vez que a harmonia relacional garante a eficácia da educação.
- (E) O trabalho da inteligência emocional pelo técnico em assuntos educacionais está voltado ao relacionamento interpessoal, não se aplicando aos processos de planejamento e supervisão das atividades pedagógicas, que exigem objetividade e distanciamento emocional.

42

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) é o principal marco regulatório da educação brasileira, estabelecendo os fundamentos, a organização e os princípios que regem a educação. Desde sua promulgação, vem sendo atualizada para adequar-se às transformações contemporâneas. Considerando o conteúdo e as atualizações da LDB, assinale a alternativa correta.

- (A) A LDB atribui ao Estado a responsabilidade exclusiva pela oferta da educação básica obrigatória e gratuita, sendo a iniciativa privada admitida apenas em caráter complementar e sob autorização federal.
- (B) De acordo com a LDB, a educação básica tem por finalidade garantir formação comum indispensável ao exercício da cidadania e fornecer meios para o prosseguimento de estudos, abrangendo educação infantil, ensino fundamental e médio.
- (C) A LDB estabelece que a educação superior é parte integrante da educação básica, constituindo etapa final e obrigatória do processo formativo nacional, compondo, assim, a unidade formativa de um processo educativo integral.
- (D) A versão atual da LDB suprime a obrigatoriedade de inclusão educacional, deixando a cargo dos sistemas de ensino definir autonomamente suas diretrizes, bem como a forma de atendimento aos estudantes com deficiência.
- (E) A LDB, em sua redação original e nas atualizações posteriores, restringe o uso de tecnologias digitais na educação básica, priorizando os métodos presenciais e tradicionais de ensino, principalmente no período de alfabetização.

43

Durante uma reunião pedagógica, em que professores de diferentes disciplinas apresentam planos de aula distintos com objetivos específicos e demonstram dúvidas na articulação de suas ações, o técnico em assuntos educacionais é convidado a colaborar com a equipe docente na elaboração de um projeto interdisciplinar voltado à sustentabilidade e à cidadania. Diante dessa situação, assinale a alternativa que apresenta a atitude mais adequada do técnico, considerando os princípios da organização do trabalho pedagógico e as concepções de interdisciplinaridade.

- (A) Orientar cada docente a manter suas atividades individualmente, respeitando as especificidades disciplinares, para evitar conflitos metodológicos e preservar a autonomia de cada área do conhecimento.
- (B) Propor que os professores definam um tema comum, o que evita a necessidade de integração entre as áreas, já que a interdisciplinaridade pode ocorrer pela igualdade temática.
- (C) Sugerir que os docentes elaborem ações conjuntas com base em objetivos e competências compartilhadas, articulando conteúdos e métodos de forma cooperativa, produzindo integração temática.
- (D) Recomendar que o projeto seja dividido por áreas, cabendo ao técnico sistematizar os resultados educacionais em um relatório, sem interferência no planejamento coletivo dos professores.
- (E) Indicar que cada professor desenvolva seu plano de ensino normalmente e posteriormente reúna os resultados ao final do período, caracterizando um trabalho multidisciplinar e institucional.

44

O Decreto Federal nº 5.154/2004 regulamenta os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/1996 (LDB) e dispõe sobre a educação profissional e tecnológica em seus diferentes níveis e formas de articulação com a educação básica. O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) orientam a organização curricular e institucional dessa modalidade. Com base nesses dispositivos legais e conceituais, assinale a alternativa correta.

- (A) O Decreto nº 5.154/2004 restringe a oferta da educação profissional à forma subsequente, sendo as formas integrada e concomitante permitidas apenas mediante autorização específica do Ministério da Educação.
- (B) O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é um documento prescritivo e fixo, que determina os currículos obrigatórios e uniformes para todas as instituições que ofertam a educação profissional e tecnológica.
- (C) O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um documento interno de caráter administrativo, que trata exclusivamente da gestão financeira e orçamentária e da infraestrutura das instituições educacionais.
- (D) O Decreto nº 5.154/2004 estabelece a possibilidade de articulação da educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio nas formas integrada, concomitante e subsequente, orientando-se pela flexibilidade curricular.
- (E) O CNCT e o PPI são instrumentos distintos e independentes, com características específicas, sem nenhuma relação entre si, visto que o primeiro trata de cursos de EJA e o segundo de diretrizes gerais da educação superior.

45

A resolução CNE/CEB nº 2/2024 instituiu as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Médio. Considerando suas disposições sobre duração, organização curricular e funções da etapa, assinale a alternativa correta.

- (A) A resolução determina que o Ensino Médio deve ter exclusivamente séries anuais, o que exclui a organização em semestres, ciclos ou módulos, e define a carga horária mínima do seu cumprimento de três mil horas distribuídas em dois anos.
- (B) A resolução estabelece que o Ensino Médio é a etapa final obrigatória da educação básica, cujo foco principal é a formação técnica-profissional de acordo com as necessidades mercadológicas, e secundariamente a formação geral básica.
- (C) A resolução estabelece que, no Ensino Médio regular diurno, a jornada obrigatória é de cinco horas diárias, ficando a organização em tempo integral ou regime especial para a educação infantil e o ensino fundamental (primeira e segunda etapa).
- (D) A resolução dispensa que os sistemas de ensino articulem modalidades diferentes (EaD, EJA, internato), uma vez que todas as formas de oferta do Ensino Médio devem seguir matriz única nacional descartando possíveis especificidades.
- (E) A resolução determina que o Ensino Médio deve se articular com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica e da Educação Profissional e Tecnológica, contemplando itinerários formativos e carga horária mínima de 3.000 horas.

46

A Resolução CNE/CEB nº 6/2012 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, modalidade articulada à Educação Básica. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) A resolução anula a necessidade da articulação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio com o Ensino Médio integrado, concomitante, ou de forma subsequente, apresentando essas articulações como inadequadas.
- (B) A resolução considera que os cursos técnicos de nível médio não devem incluir componentes da Educação Básica (como linguagens, matemática e ciências da natureza), pois são exclusivamente voltados à qualificação profissional.
- (C) A resolução determina que os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio se organizem por eixos tecnológicos, permitam itinerários formativos flexíveis e contemplem articulação com o ensino regular.
- (D) A resolução estipula que a carga horária mínima dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio e o plano de curso são fixos para todas as habilitações, não havendo a possibilidade de adequação institucional ou regional.
- (E) Se o estudante já trabalhar na área, a resolução exclui, como requisito curricular para os cursos técnicos, a necessidade de estágio ou prática profissional supervisionada na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

47

Durante seu planejamento, uma professora de uma turma dos anos iniciais do Ensino Fundamental busca integrar as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) ao processo de ensino e aprendizagem. Ela deseja trabalhar o tema “Meio ambiente e consumo consciente”, estimulando a participação ativa dos alunos e o uso responsável da tecnologia. Diante dessa situação, é uma ação que representa o uso pedagógico mais adequado das TICs, de acordo com os princípios da prática docente mediadora e reflexiva,

- (A) solicitar que os alunos busquem informações em diferentes sites sobre o conteúdo abordado e registrem em seus cadernos, reforçando o hábito da pesquisa tradicional.
- (B) exibir um documentário sobre o meio ambiente que traga informações suficientes, sem a necessidade de discussão, possibilitando que os alunos construam as suas próprias conclusões.
- (C) utilizar o laboratório de informática para aplicar testes de múltipla escolha sobre o tema trabalhado em sala. Essa atividade, por ser prática, já garante aos alunos o domínio do tema.
- (D) propor que os estudantes utilizem tablets para criar um vídeo coletivo apresentando atitudes sustentáveis no cotidiano da escola, compartilhando o resultado em um mural digital.
- (E) pedir que os alunos imprimam imagens sobre o meio ambiente retiradas da internet e as coleem em cartazes, possibilitando assim que o conteúdo visual forme os conceitos necessários.

48

Durante a elaboração do Plano de Ação Pedagógico, a equipe gestora solicitou o apoio do técnico em assuntos educacionais para revisar o planejamento das atividades docentes, garantindo que esteja alinhado às diretrizes curriculares e às metas institucionais. Assinale a alternativa que apresenta a ação que demonstra uma atuação coerente com a função de planejar e estruturar o ensino e a aprendizagem.

- (A) O técnico em assuntos educacionais deve definir individualmente, sem a participação dos docentes, quais conteúdos e metodologias cada professor deverá seguir de acordo com a sua disciplina, garantindo uniformidade entre as turmas.
- (B) O técnico em assuntos educacionais deve elaborar os planos de aula, facilitando e subsidiando o trabalho dos professores, principalmente em situações de ausência temporária destes, quando o técnico precisa fazer sua substituição.
- (C) O técnico em assuntos educacionais deve apoiar o corpo docente na construção coletiva dos planejamentos, articulando os objetivos de aprendizagem às necessidades dos estudantes e às políticas educacionais vigentes.
- (D) O técnico em assuntos educacionais deve supervisionar exclusivamente a esfera técnica e administrativa da escola, pois seu trabalho não está voltado ao envolvimento nas decisões pedagógicas, que cabem exclusivamente à direção.
- (E) O técnico em assuntos educacionais deve fazer a correção do registros de frequência e notas dos estudantes no sistema escolar eletrônico, priorizando as tarefas burocráticas em detrimento das demais ações pedagógicas.

49

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução CNE/CP nº 1/2012) representam um marco na consolidação de políticas públicas voltadas à cultura, à democracia e à cidadania no âmbito educacional. Com base nessas Diretrizes, assinale a alternativa correta.

- (A) A Educação em Direitos Humanos deve ser trabalhada nas disciplinas de Sociologia e Filosofia, uma vez que são as áreas mais próximas da reflexão ética e política, não se estendendo às demais áreas do conhecimento.
- (B) As Diretrizes preveem que a Educação em Direitos Humanos tem caráter complementar, sendo implementada exclusivamente em projetos extracurriculares ou em atividades optativas de cunho formativo.
- (C) A Resolução estabelece que a Educação em Direitos Humanos deve ser tratada como tema restrito às modalidades de ensino voltadas à juventude e à vida cidadã, não se aplicando à educação profissional e tecnológica.
- (D) A Educação em Direitos Humanos constitui um princípio orientador das políticas públicas de educação, devendo estar presente de forma transversal, contínua e sistemática nos currículos, na gestão e nas práticas pedagógicas.
- (E) As Diretrizes indicam que a formação docente em Educação em Direitos Humanos deve ser de caráter eventual, não havendo a necessidade de integração aos programas de formação inicial e continuada de professores.

50

A atuação do técnico em assuntos educacionais requer a capacidade de compreender e intervir nas dinâmicas organizacionais. Nesse contexto, a cultura organizacional e a liderança exercem influência direta sobre o clima e as relações interpessoais no trabalho. Com base nos estudos sobre cultura organizacional e liderança educacional, assinale a alternativa correta.

- (A) A cultura organizacional é constituída com base em normas formais e regulamentos institucionais, o que não envolve diretamente valores ou crenças compartilhadas, tornando-a imutável e independente da atuação dos sujeitos.
- (B) A liderança no contexto educacional deve se pautar na autoridade formal e hierárquica, evitando o envolvimento emocional com os membros da equipe, pois relações interpessoais tendem a comprometer a objetividade institucional.
- (C) O exercício da liderança pedagógica pelo técnico deve ser restringido à execução das tarefas administrativas. Dessa forma, cabe apenas aos gestores a responsabilidade sobre as relações interpessoais e o clima organizacional.
- (D) A cultura organizacional é um elemento fixo e homogêneo presente nas instituições educacionais, devendo ser preservada como foi planejada para ser executada, garantindo a estabilidade e evitando tensões entre os grupos.
- (E) O profissional pode contribuir para o fortalecimento da cultura organizacional ao adotar práticas de liderança colaborativa, favorecendo o diálogo, a mediação de conflitos e o engajamento coletivo em torno de objetivos educacionais comuns.

